

**23/06/2011**

**PLENÁRIO**

**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 642.682 SÃO PAULO**

**REGISTRADO** : **MINISTRO PRESIDENTE**  
**RECTE.(S)** : **CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RECDO.(A/S)** : **NATALINA MENZANI**  
**ADV.(A/S)** : **JOSÉ LAZARO APARECIDO CRUPE**

**RECURSO. Extraordinário. Adicional de insalubridade. Lei Complementar Estadual nº 432/1985. Extensão. Policiais militares inativos. Precedentes. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido.** É incompatível com a Constituição a extensão, aos policiais militares inativos e pensionistas, do adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar 432/1985 do Estado de São Paulo.

**Decisão:** O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada e, no mérito, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Ayres Britto. Não se manifestaram os Ministros Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia.

**Ministro CEZAR PELUSO**  
**Relator**



**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 642.682 SÃO PAULO**

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AÇÃO ORDINÁRIA – Pensionista da Polícia Militar – Adiciona de insalubridade – Lei complementar 432/85 – Extensão do adicional de insalubridade aos pensionistas – Inativação posterior à vigência da lei 432/85 – Reconhecimento do direito – Recurso provido.

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, violação do artigo 40, §8º da Constituição Federal. Requer, em síntese, que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para declarar a inexistência de direito da recorrida ao recebimento de adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar Estadual nº432/85 (SP).

... Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, no forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 96).

2. A questão suscitada no presente recurso extraordinário versa sobre a constitucionalidade da extensão do adicional de insalubridade aos policiais militares inativos e pensionistas, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 432/85 (SP), à luz do artigo 40, §8º, da Constituição Federal.

Esta Corte possui jurisprudência firmada no sentido de que não cabe aos policiais militares inativos e pensionistas a extensão do adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar nº 432/85, do Estado de São Paulo, em face do art. 40, §8º, da Constituição Federal. Neste sentido, confirmam-se: AI 493401 AgR, Min. Rel. Eros Grau, DJ 27.10.2006, RE 253340 AgR / SP, Min. Rel. AYRES BRITTO, DJ 17.11.2006, RE 391551 AgR / SP, Min. Rel. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 13.08.2010, AI 831836 / SP, Min. Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 07.02.2011, RE 627720 / SP, Min. Rel. JOAQUIM BARBOSA, DJ 09.03.2011, AI 825444 / SP, Min. Rel. AYRES BRITTO, DJ 21.03.2011, AI 737822 / SP, Min. Rel. GILMAR MENDES, DJ 30.03.2011, RE 630901 / SP, Min. Rel. ELLEN GRACIE, DJ 04.04.2011, RE 633693 / SP, Min. Rel. LUIZ FUX, DJ 16.05.2011, AI 493401, RE 538560 / SP, Min. Rel. DIAS TOFFOLI, DJ 05.04.2011.

**RE 642.682 RG / SP**

3. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para dar provimento ao recurso extraordinário, reconhecendo não ser devida a extensão do adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar nº 432/85, do Estado de São Paulo, aos policiais militares inativos e pensionistas.

Brasília, 3 de junho de 2011.

**Ministro CEZAR PELUSO**

**Presidente**

*Documento assinado digitalmente*

**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 642.682 SÃO PAULO****PRONUNCIAMENTO**

PARCELA REMUNERATÓRIA –  
EXTENSÃO A PENSIONISTA –  
ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM –  
RECURSO EXTRAORDINÁRIO – TEMA  
CONSTITUCIONAL – REPERCUSSÃO  
GERAL CONFIGURADA.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
JULGAMENTO NO PLENÁRIO  
VIRTUAL – INADEQUAÇÃO.

**1. A Assessoria prestou as seguintes informações:**

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário nº 642.682/SP, da relatoria do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral às 23 horas e 59 minutos do dia 3 de junho de 2011.

A Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Cível nº 888.619-5/0-00, estendeu a pensionista de ex-militar a incorporação do adicional de insalubridade, previsto na Lei Complementar estadual nº 432/85. Assentou ser o benefício devido em decorrência direta da referida norma, e não mediante interpretação do artigo 40, § 4º, da Constituição da República ou do artigo 126, § 4º, da Constituição do Estado de São Paulo, nas redações originais. Segundo consignou, tendo ocorrido a aposentadoria do ex-militar em 1989, quando já vigente o diploma legal, revela-se o direito adquirido ao benefício.

Os embargos declaratórios interpostos foram desprovidos.

**RE 642.682 RG / SP**

No extraordinário protocolado com alegada base na alínea "a" do permissivo constitucional, a recorrente argui a ofensa ao artigo 40, § 4º, do Texto Maior (ou § 8º, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98). Aduz não ter sido a vantagem conferida indistintamente a todos os militares. Sustenta a necessidade de avaliação, para identificar as unidades e as atividades insalubres.

Sob o ângulo da repercussão geral, anota estar em jogo questão que ultrapassa os limites subjetivos da causa, ante a possibilidade de repetir-se em diversas ações. Salienta a relevância econômica do tema, haja vista o impacto negativo no erário. Afirma existir conflito entre o acórdão impugnado e a jurisprudência do Supremo.

Não houve apresentação de contrarrazões.

O extraordinário foi admitido na origem.

Eis o pronunciamento do relator, Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo:

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

**AÇÃO ORDINÁRIA Pensionista da Polícia Militar Adiciona de insalubridade Lei complementar 4322/85 Extensão do adicional de insalubridade aos pensionistas Inativação posterior à vigência da lei 432/85 Reconhecimento do direito Recurso provido.**

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, violação do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. Requer, em síntese, que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para declarar a inexistência de direito da

**RE 642.682 RG / SP**

recorrida ao recebimento de adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar Estadual nº 432/85 (SP).

Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, no forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 96).

2. A questão suscitada no presente recurso extraordinário versa sobre a constitucionalidade da extensão do adicional de insalubridade aos policiais militares inativos e pensionistas, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 432/85 (SP), à luz do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal.

Esta Corte possui jurisprudência firmada no sentido de que não cabe aos policiais militares inativos e pensionistas a extensão do adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar nº 432/85, do Estado de São Paulo, em face do art. 40, § 8º, da Constituição Federal. Neste sentido, confirmam-se: AI 493401 AgR, Min. Rel. Eros Grau, DJ 27.10.2006, RE 253340 AgR / SP, Min. Rel. AYRES BRITTO, DJ 17.11.2006, RE 391551 AgR / SP, Min. Rel. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 13.08.2010, AI 831836 / SP, Min. Rel. CÁRMEN LÚCIA, DJ 07.02.2011, RE 627720 / SP, Min. Rel. JOAQUIM BARBOSA, DJ 09.03.2011, AI 825444 / SP, Min. Rel. AYRES BRITTO, DJ 21.03.2011, AI 737822 / SP, Min. Rel. GILMAR MENDES, DJ 30.03.2011, RE 630901 / SP, Min. Rel. ELLEN GRACIE, DJ 04.04.2011, RE 633693 / SP, Min. Rel. LUIZ FUX, DJ 16.05.2011, AI 493401, RE 538560 / SP, Min. Rel. DIAS TOFFOLI, DJ 05.04.2011.

3. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para dar provimento ao recurso extraordinário, reconhecendo não ser devida a extensão do adicional de insalubridade instituído pela Lei Complementar nº 432/85, do Estado de São Paulo, aos policiais militares inativos e

RE 642.682 RG / SP

pensionistas.

Brasília, 3 de junho de 2011.

Ministro Cezar Peluso

Presidente

Documento assinado digitalmente

Destaco constar da presente repercussão geral questão relativa à reafirmação da jurisprudência do Supremo.

2. Está-se diante de tema a conduzir ao crivo do Supremo, presente a extensão de certo benefício, usufruído pelo pessoal da ativa, a pensionista. No entanto, descabe implementar a apreciação no Plenário Virtual. O Colegiado há de reunir-se para a formalização do pronunciamento. A assim não se entender, mitigar-se-á o sistema no que a colegiatura objetiva a discussão conjunta da matéria, a troca de ideias, chegando-se, ante a maioria formada, à solução do conflito.

3. Admito como configurada a repercussão geral, afastando o julgamento do recurso extraordinário no Plenário Virtual.

4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação do incidente.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 13 de junho de 2011, às 9h30.

Ministro MARCO AURÉLIO